

Entidades Governamentais

Assembléia Legislativa de São Paulo

Órgão governamental responsável pela criação de leis feitas através dos deputados estaduais que regulam o Estado.

Câmara dos Deputados

Órgão do governo composto por todos os Estados e Distrito Federal que viabiliza as necessidades da população.

Câmara Municipal de São Paulo

Órgão legislativo, composto exclusivamente de vereadores que trata de interesses locais.

Comitê Estadual de Educação em Direitos Humanos

Fórum de natureza consultiva e propositiva, instância estadual, não dotado de personalidade jurídica e voltado à formulação e implementação de políticas públicas de educação em direitos humanos no âmbito do Estado de São Paulo.

CNPq

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) é uma Fundação, vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), para o apoio à pesquisa brasileira. Sua missão é promover e fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico do país e contribuir na formulação das políticas nacionais de ciência e tecnologia.

CONANDA- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

Instituição responsável por preparar as normas da Política Nacional de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, fiscalizando as ações de execução previstas segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Comissão Municipal de Direitos Humanos - SP

Defender, proteger e promover os Direitos Humanos das pessoas, bem como fomentar a inserção dos Direitos Humanos nas políticas públicas do Município de São Paulo.

DATASUS

Site do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde, que tem a responsabilidade de coletar, processar e disseminar informações sobre saúde no Brasil.

Defensoria Pública

Órgão do governo que presta assistências jurídica gratuita, àqueles que não podem pagar advogado sem prejudicar o sustento próprio ou de sua família.

Drug Enforcement Administration

Organização governamental norte-americana que atua no controle e prevenção do uso de drogas e substâncias de uso restrito.

Fapesp

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo apóia as áreas da Ciência e da Tecnologia, por meio da concessão de bolsas e de auxílios a projetos de pesquisa e a outras atividades ligadas à investigação e ao intercâmbio científicos.

Federal Bureau of Prisons

Site do órgão que coordena o sistema prisional norte-americano com diversas informações sobre a estrutura penal dos EUA.

Fundação Oswaldo Cruz

A FIOCRUZ desenvolve ações na área da ciência e tecnologia em saúde, incluindo atividades de pesquisa básica e aplicada, ensino, assistência hospitalar e ambulatorial de referência e formulação de estratégias de saúde pública.

Governo do Estado de São Paulo

Portal de Internet que informa sobre o estado de São Paulo, ações e projetos do governo que têm sido realizados.

Incubadora Virtual - FAPESP

A Incubadora Virtual de Conteúdos Digitais destina-se à criação cooperativa de conteúdos digitais abertos, de interesse acadêmico, tecnológico ou sócio-cultural.

Ministério Público do Estado de São Paulo

Instituição responsável pela defesa e garantia dos direitos coletivos dos cidadãos e da fiscalização do cumprimento da lei.

MPF- Ministério Público Federal

Instituição que tem por finalidade garantir e defender o respeito aos direitos sociais, individuais e coletivos dos cidadãos brasileiros.

OAB- Ordem dos Advogados do Brasil

Entidade máxima que representa os advogados brasileiros e presta um serviço público de âmbito federal.

OAB/SP- Ordem dos Advogados de São Paulo

Seção da OAB do Brasil, sendo a entidade máxima que representa os advogados de São Paulo.

Office of Community Oriented Policing Services (COPS)

O COPS promove e suporta estratégias para o desenvolvimento de técnicas para solucionar e prevenir crimes.

Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo

Ombudsman da Polícia que age como porta-voz da população em atos irregulares praticados pela Polícia Civil e Polícia Militar.

Polícia Civil de São Paulo

Instituição governamental de segurança pública que tem como objetivo apuração das infrações penais, investigação criminal, combate a grande criminalidade, crime organizado, tráfico e tudo que é atribuição da Polícia Judiciária.

PMESP

Polícia Militar de São Paulo, instituição governamental de segurança pública que tem como finalidade punir infratores, inibir e desestimular atitudes violentas.

Prefeitura do Estado de São Paulo

Site sobre a cidade de São Paulo e divulgação dos projetos realizados pela Prefeitura do estado.

Presidência da República

Site que tem como objetivo divulgar programas do governo, legislação brasileira, informações históricas sobre a política brasileira e informações sobre o atual presidente.

Procuradoria estadual

Instituição ligada diretamente ao Governador, responsável de representar o estado e suas autarquias e proporcionar assessoria e consultoria jurídica ao Poder Executivo.

Secretaria Especial dos Direitos Humanos

Órgão do Ministério da Justiça que trata da articulação e implementação de políticas públicas voltadas para a promoção e proteção dos direitos humanos.

RNDH- Rede Nacional de Direitos Humanos

Organização ligada ao governo, com objetivo de tornar-se um canal de articulação e de troca de experiências na área de direitos humanos, aberta à participação de toda pessoa, grupo, entidade, órgão, organização ou empresa.

SENASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública

A Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) é responsável pela formulação, articulação e indução da política nacional de segurança pública, norteadas pelo Plano Nacional de Segurança Pública.

Senado

Instituição do governo que é responsável por cuidar dos direitos constitucionais do povo, analisar e votar projetos de leis.

Supremo tribunal federal

Órgão do governo ligado ao Poder judiciário responsável pela guarda da Constituição Federal.

Superior Tribunal de Justiça

Instituição governamental responsável por padronizar as interpretações das leis em todo o Brasil e a garantia e defesa do estado de direito.

Tribunal de Justiça de São Paulo

Órgão governamental responsável por garantir o acesso do jurisdicionado à justiça e avaliar os recursos das decisões de primeira instância e as causas originárias reservadas por lei.